

A Categoria Dêitica "Nós" em uma Elocução Formal: Breve Análise de um Caso

Larissa Minuesa Pontes MAREGA
(UEM)

Resumo: Este artigo pretende identificar os possíveis referentes que constituem o "nós" do discurso de um sujeito em uma elocução formal, por meio da seleção de enunciados que contêm as formas de 1ª pessoa do plural "nós", "nos", "nosso(s)", "nossa(s)", "a gente", bem como as desinências verbais. E, assim, remeter tais enunciados à enunciação e às condições de produção desse discurso para depreender os tipos de "nós" existentes e analisar quais efeitos de sentido são produzidos pela escolha dessa subjetivação.

Palavras-chave: categoria de pessoa; referenciação; efeitos de sentido.

Abstract: This article aims to identify the possible references that constitute the pronoun "we" of the discourse of a subject in a formal elocution, through the selection of some sentences that contain the first person of the plural "we", "us", "our", "ours", as well as the verbal desinence. And thus to referrer such sentences to the enunciation and the conduction of production of that discourse to obtain the types of "we" and to analyze which are the effects of meaning that are produced for the choice of this subjection.

Keywords: category of person; referral; effects of sense.

Introdução

Atentemos para o enunciado a seguir,

e pra que *a gente* possa discutir... com tranqüilidade... e com profundidade... a questão... das políticas de ações afirmativas do Brasil... e mais especificadamente... o sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras... é necessário que *a gente*... faça um breve histórico sobre a presença do negro no Brasil... porque às vezes passa a idéia... e *a gente* tem ouvido isso ao longo... desta discussão

no Brasil... de que *nós*... negros... estamos pedindo esmola... de que *nós* negros... queremos caridade... de que *nós* negros... somos incompetentes... somos incapazes... e que por isso... precisamos de alguns privilégios para que *a gente* possa disputar em igualdade de posição... o espaço na sociedade brasileira... e é importante... pra que *a gente* possa pontuar corretamente essa discussão. (ARAÚJO, 2004)¹

Os termos que estão em itálico se referem à mesma pessoa discursiva? Em outras palavras, a quem o “eu” desse discurso se associa para constituir-se como “nós”? Esta é, pois, a questão inicial que aqui propomos e, sem dúvida, aquela que norteará as discussões subseqüentes deste artigo. Essa problematização surgiu basicamente da leitura atenta deste enunciado que, somado a outros, constitui a elocução formal ora analisada, e da leitura orientada de teorias da enunciação, sobretudo, aquelas que dizem respeito às categorias enunciativas de pessoa, tempo e espaço.

Em um discurso tal como a palestra institucional, em que o sujeito discursivo é legitimado a falar, obedecendo às características próprias da situação comunicativa em questão, estabelecida pela hierarquia e assimetria conversacional, identificamos a ocorrência excessiva da categoria enunciativa de pessoa “nós” e de suas variáveis. E, assim, nos questionamos sobre o porquê dessa subjetivação. Quais efeitos de sentido estariam em jogo neste discurso que opta por privilegiar o uso de um sujeito plural?

A referência desse sujeito discursivo na enunciação acima enunciada se dá por meio de uma pessoa amplificada, no dizer de Benveniste (1995), em que o “eu” se agrega a um “não-eu”, formando, assim, um grupo de pessoas não identificado a priori. Ou, podemos colocar de outra forma, como na classificação proposta por Indursky (1997), em que o “nós” se constitui como a “não-pessoa”

¹ Este enunciado compreende parte da Elocução Formal que consiste o corpus deste trabalho. A transcrição completa da Elocução Formal se encontra disponível no acervo do Projeto “Banco de Dados Midiáticos” da Universidade Estadual de Maringá. A palestra que constitui o corpus em análise intitulada “Ensino superior: Direito à inclusão” foi proferida pelo diretor da Fundação Cultural Palmares Edvaldo Mendes Zulu Araújo, no campus da UEM, no dia 03 de agosto de 2004, em virtude do “IV Encontro: O negro na universidade e o direito à inclusão”.

discursiva, ou seja, como um grupo de pessoas não lexicalizado, isto é, não nomeado.

De fato, se lançarmos nosso olhar para as condições de produção deste discurso, verificaremos, também, que a palestra tematiza a implantação do sistema de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, mais especialmente, trata da defesa dos direitos daquela população. Isso significa que o sujeito deste discurso a que o “eu” se refere tem um posicionamento favorável às cotas. E novamente nos perguntamos: o que implicaria, pois, a preferência pelo uso do “nós” em detrimento do uso do “eu” no processo de subjetivação desse sujeito/discurso?

É em torno destes e daqueles questionamentos que o presente artigo se insere: a quem este “eu” se associa para constituir-se como “nós” e dessa maneira poder falar sobre determinado tema, a partir de determinado ponto de vista? É um “eu” + “quem”? Quais são os diferentes tipos de “nós”, na classificação de Benveniste (1995), mobilizados neste discurso: inclusivo, exclusivo, misto? Existem referentes discursivos que correspondem a esses tipos de “nós”? E mais, quais são os efeitos de sentido produzidos a partir do momento em que esse sujeito assume ou escolhe tais formas de representação?

Estamos de acordo com Geoffroy (apud INDURSKI, 1997) quando este afirma que o uso do “nós” se mostra muito produtivo, pois por seu intermédio, o locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los linguisticamente, daí decorrendo a ambigüidade de seu dizer. Segundo Indursky (1997),

o ‘nós’ constrói um referencial discursivo muito difuso que permite a instauração não só da indeterminação como também da ambigüidade que decorre do fato de uma mesma forma poder apresentar referentes tão diversos. (INDURSKY, 1997, p. 75)

Por essa razão, diferentemente do “eu” (aquele que enuncia “eu” na presente instância que contém “eu”, BENVENISTE, 1995) que é facilmente identificável, o “nós” se torna uma pessoa difusa e instigante para fins analíticos, uma vez que a “descoberta” de seus referentes auxilia na compreensão dos efeitos de sentido da produção oral que nos propusemos observar. Eis a justificativa de nosso trabalho.

Pelo exposto, pretendemos identificar os possíveis referentes que constituem o “nós” desse discurso, por meio da seleção de enunciados que contém as formas de 1ª pessoa do plural “nós”, “nos”, “nosso(s)”, “nossa(s)”, “a gente”, bem como as desinências verbais. E, assim, remeter tais enunciados à enunciação e às condições de produção desse discurso para depreender os tipos de “nós” existentes e analisar quais efeitos de sentido são produzidos pela escolha dessa representação. A seguir, passaremos a abordar como a literatura lida com a categoria enunciativa de pessoa, especialmente o “nós”, recorte de nosso trabalho.

1 A categoria enunciativa de pessoa: algumas considerações sobre o “nós”

A subjetividade é a capacidade do locutor se propor como sujeito, é ego que diz ego, “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como ‘eu’ do seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 286). É identificando-se como pessoa única pronunciando ‘eu’ que cada um dos locutores se propõe alternadamente como sujeito. O lingüista (1995) afirma, ainda, que a evidência maior da instalação da subjetividade na linguagem é, justamente, a categoria de pessoa.

No entanto, essas considerações iniciais devem ser entendidas dentro de um contexto teórico e de uma concepção de enunciação restrita ao sujeito como centro, como fonte do dizer, pois, segundo Benveniste (1995), ao apropriar-se do aparelho formal da enunciação, o sujeito enuncia e, assim, coloca em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. A partir do momento em que o sujeito enuncia “eu”, além de se marcar enquanto sujeito, marca, também, o tempo (agora) e o espaço (aqui).

A definição de enunciação assumida para este trabalho vai além daquela proposta por Benveniste (1995), pois acreditamos que o sujeito ao enunciar e até mesmo antes disso, é interpelado pela história e pela ideologia e, nesse sentido, tem uma dupla ilusão: de que é fonte de seu dizer e de que tem controle do que pode ou não dizer. Mas, antes que divaguemos em questões relacionadas à Análise de Discurso de linha francesa, fixaremos nosso posicionamento com a seguinte definição: “a enunciação é o acontecimento sócio-histórico da produção de um enunciado” (GUIMARÃES, 1989, p. 78).

Para maiores esclarecimentos, segundo Benveniste (1995), o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar “eu”, a partir disso se organiza um passado e um futuro. Já Guimarães (1989) acredita que não é o sujeito que temporaliza, mas é o acontecimento. O sujeito não é origem do tempo da linguagem, mas é tomado na temporalidade do acontecimento. O locutor se encontra dividido no acontecimento, porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua, é falar enquanto sujeito.

Dentro daquele quadro epistemológico a que fizemos referência anteriormente, no texto intitulado *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), Benveniste (1995) discute a classificação da categoria de pessoa a partir do traço opositivo. Primeiramente o lingüista coloca a situação enunciativa para questionar a legitimidade da terceira pessoa “ele”, uma vez que ela se desenvolve fora da situação enunciativa “eu-tu”. Dessa forma, Benveniste (1995) aponta a primeira oposição, denominada *correlação de personalidade*, em que “eu” e “tu” se opõem a “ele”, já que “eu” e “tu” apresentam características de pessoas estritas e possuem unicidade específica, pois são únicos e inversíveis, por outro lado, “ele” se caracteriza como vários ou nenhum, sendo, portanto, indefinido e ausente da situação enunciativa. A segunda oposição é chamada de *correlação de subjetividade* que opõe, desta vez, as consideradas verdadeiras pessoas, isto é, “eu” *versus* “tu”, pelo fato de que “eu” é interior ao enunciado e exterior ao “tu”, e “tu” é proposto pelo “eu”, portanto, interior apenas à enunciação.

Diferentemente do conceito de enunciação desenvolvido por Benveniste (1995) que foi deslocado por lingüistas como Ducrot (1987) e Guimarães (1989), essa diferenciação das “verdadeiras pessoas” (“eu” e “tu”) e da “não pessoa” (“ele”) foi amplamente acolhida pelos estudiosos da linguagem, colocando, assim, as oposições supracitadas como ponto de partida para futuras discussões sobre a categoria de pessoa, ponto este que também assumimos para escrever este artigo.

Neste mesmo texto, Benveniste (1995) também questiona o plural, uma vez que o caráter subjetivo e único do “eu” impossibilita sua pluralização. Dessa forma, o lingüista conclui que “nós” não pode ser compreendido como plural de “eu” ou uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre um “eu” e um “não-eu”.

O autor (1995) aponta que “nós” apresenta uma dupla expressão: o plural exclusivo, representado por “eu + ele(s)”, excluindo

e ao mesmo tempo se opondo ao “tu” ou ao “vós”, e o plural inclusivo, representado por “eu + tu (vós)” que se opõe e exclui o “ele” ou “eles”. No primeiro caso, o “eu” se sobressai, já no segundo caso o “tu” é que se destaca.

Verificamos, então, que o “nós” não é um “eu” multiplicado, mas um “eu” dilatado. Uma das conclusões a que o autor chega é que existe uma distinção entre a pessoa estrita (singular “eu”) e a pessoa amplificada (plural “nós”) e que só a terceira pessoa, isto é, a “não-pessoa” admite um verdadeiro plural.

Ao lado das pessoas propriamente ditas, enunciador e co-enunciador, que se opõem à não-pessoa, Maingueneau (2001) acrescenta que o francês dispõe também de um outro elemento, o *on*, o qual se refere a um ser humano, tem a função de sujeito, não apresenta variação de gênero ou número, do ponto de vista morfológico é uma terceira pessoa e sua referência é variável, dependendo do contexto em que está inserido. Seria, então, um correspondente do “a gente”, no português brasileiro.

Para instaurar as categorias de pessoa, espaço e tempo na enunciação, Fiorin (2001) aponta dois mecanismos: a *debregem* e a *embreagem*. Sumariamente, a *debregem* consiste em desprender do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um “não eu”, um “não aqui” e um “não agora”. Segundo o autor (2001), a *debregem* se realiza em dois tipos: a *enunciva* (produz efeitos de subjetividade/aproximação e recobre o enunciado) e a *enunciativa* (produz efeitos de objetividade/distanciamento e recobre a enunciação). Já a *embreagem* consiste na neutralização das categorias de pessoa, espaço e tempo, produzindo efeitos de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação.

Segundo Maingueneau (2001), o que define a situação da enunciação lingüística é o enunciador, o co-enunciador, o momento e o lugar da enunciação. O que, nas palavras de Benveniste (1995), seriam as verdadeiras pessoas “eu” e “tu” (reversíveis, portanto, o “ego”), o “aqui” e o “agora”.

Maingueneau (2001) trabalha com uma terminologia diferente da utilizada por Fiorin (2001) e por Benveniste (1995), mas que nos parece mais interessante na medida em que os termos se tornam operacionais para nossa análise. Para Maingueneau (2001), a atividade

enunciativa se mostra reflexiva, porque, ao mesmo tempo em que o sujeito fala, aponta para o mundo. É por meio da observação da categoria dêitica que conseguimos perceber os elementos que comportam a enunciação: instância de fala nunca repetível, momentânea e dependente do contexto.

Fiorin (2001) trabalha com embreagem e debreagem, Maingueneau (2001) utiliza os correlatos embreantes e não embreantes. Com uma terminologia mais acessível, Maingueneau (2001) sintetiza em um único nome o conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação – a embreagem. Assim, os embreantes são os elementos dêíticos ou indiciais que no enunciado marcam tal embreagem. Como exemplo, os embreantes de pessoas são os tradicionais pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoas (do singular e do plural), os determinantes ou pronomes possessivos, suas formas femininas e plurais. No caso em análise, os embreantes seriam as formas plurais: “nós” e “a gente”.

De acordo com Maingueneau (2001), os embreantes de pessoa são indissociáveis da cena enunciativa e da enunciação em si e só podem ser interpretados levando-se em consideração o movimento enunciativo do texto em que figuram. A referência dos embreantes pode dar-se pela enunciação ou pelo enunciado (MAINGUENEAU, 2001). Para saber onde está a referência, basta observar se os embreantes se apóiam na situação de enunciação ou em outros elementos do enunciado (cotexto). Se no cotexto, a embreagem é enunciativa; se na enunciação, a embreagem é enunciativa.

2 Processos de referenciação do “nós” e seus efeitos de sentido

Já sabemos que o sujeito do discurso em análise representa-se muito pouco como “eu”, escolhendo na maioria das vezes o plural para marcar-se enquanto sujeito enunciativo, utilizando a forma canônica “nós” ou a variante informal “a gente” (vide tabela 01). A primeira hipótese que levantamos para esse tipo de escolha baseia-se no tipo de interação, isto é, devido ao grau de formalidade e “impessoalidade” desse gênero discursivo. Mas, acreditamos que não seja exatamente isso, nem somente isso que provoque tal escolha de subjetivação. Evidente que as condições de produção desse discurso interpelam o sujeito enunciativo a se pronunciar não como indivíduo único, mas

como uma coletividade, tanto pelo fato de ser negro, como pelo fato de ser presidente de uma Fundação que atende às necessidades assistenciais, e ainda por assumir um lugar, uma posição, já que, como afirma Guimarães (1989), ser sujeito de seu dizer, enfim, ser sujeito, é falar de uma posição sujeito. Vejamos, a seguir, como isso ocorre.

Tabela 1

Singular	Quantidade	Plural	Quantidade
-	-	A gente	30
Eu	32	Nós	46
Formas verbais	28	Formas verbais	49
Pronomes possessivos (meu, minha)	06	Pronomes possessivos (nosso, nossa)	08
Total	66	Total	133

O primeiro passo metodológico foi identificar as ocorrências das formas plurais. Feito isso, já que o “nós” tem a capacidade referencial muito grande, enumeramos os tipos encontrados, conforme classificação proposta por Benveniste (1995). Assim, temos:

Tabela 2

Tipos		eu + quem?
T1	“nós” inclusivo	eu + vós vós = ouvintes
T2	“nós” exclusivo 1	eu + eles eles = Fundação Cultural Palmares
T3	“nós” exclusivo 2	eu + eles eles = negros
T4	“nós” misto 1	eu + governo + sociedade brasileira
T5	“nós” misto 2	eu + negros + Fundação Cultural Palmares

T1 é inclusivo porque o “eu” inclui o “tu”, formando um conjunto das verdadeiras pessoas, aquelas que são os actantes da situação enunciativa. Então, o “eu”, sujeito enunciador coloca não só nele, mas também nos ouvintes a responsabilidade de sua fala. Já o segundo tipo é exclusivo porque deixa de fora o “tu”, para incluir o “ele” (a “não pessoa”). Neste caso, como podemos observar na tabela acima, o T2 tem como referente a “não pessoa”, marcada por um determinado

grupo de pessoas, a saber: os membros da “Fundação Cultural Palmares”, já o T3 apresenta como “não pessoa” os indivíduos negros ou a comunidade negra em geral.

Essa tipificação só foi viável a partir do momento em que estabelecemos critérios de identificação desses referentes que constituem o “nós”, mais especificamente, que observamos as regularidades do surgimento desses “não eus”, seja pelo conteúdo semântico do enunciado, seja por remeter a própria enunciação ou por referir-se à situação interacional.

Examinaremos, primeiramente, os enunciados que classificamos como T1. Em (1) e (2) encontramos exemplos da marcação canônica que indica o espaço da enunciação, “aqui” (dêixis). O “nós” e o “a gente”, nestes casos, são inclusivos porque o sujeito “eu” se assimila aos ouvintes para se referir no discurso, pois ambos compartilham de uma mesma situação enunciativa. Temos, então, dois embreantes, um de pessoa e outro de espaço, cujas referências se ancoram na enunciação, portanto, são embreantes enunciativos.

- 1 “[...] mesmo o mais pobre dos pobres neste país quando vai comprar uma caixa de fósforo... paga imposto pra manutenção de universidade como esta... esta que *NÓS estamos aqui...*”
- 2 “[...] pra que *A GENTE* compreenda... que a presença da comunidade negra no Brasil... não se dá... como se deu a presença da maioria de vocês que estão *aqui...*”

Outra maneira de utilizar a pessoa amplificada, de forma que inclua os ouvintes na referenciação pode ser apresentada nos exemplos seguintes:

- 3 “[...] pra que *A GENTE* possa fazer o debate...”
- 4 “[...] pra que *A GENTE* possa discutir...”
- 5 “[...] pra que *A GENTE* possa pontuar corretamente essa discussão...”
- 6 “[...] é necessário que *A GENTE*... faça um breve histórico...”
- 7 “[...] é necessário que *A GENTE*... resgate um pouco esta contribuição que não se dá apenas na cultura...”

Em (3), (4), (5), (6) e (7) observamos uma regularidade que identificamos como paralelismo sintático, isto é, trata-se da repetição

literal do início do enunciado e conseqüente modificação. O sujeito enunciador utiliza as seqüências “pra que a gente possa” e “é necessário que a gente”, para em seguida acrescentar os verbos “fazer”, “discutir”, “pontuar”, “resgatar”, marcando metalinguisticamente a interação comunicativa que ele compartilha com os ouvintes, naquele momento. O “eu” que enuncia convida os ouvintes a participarem efetivamente da formulação do seu discurso, por isso o uso dos verbos. O efeito de sentido que se estabelece no uso de um “nós” inclusivo nesta prática discursiva é, entre outros, o desejo do enunciador em diminuir a assimetria interacional, aproximando, assim, seu discurso dos ouvintes.

O “eu” opta por associar-se ao “tu” apelando para uma relação emocional, subjetiva entre ele e os ouvintes. Conforme conteúdo expresso no discurso em questão, a saber: discriminação racial, igualdade de direitos, sistema de cotas para negros nas universidades etc., o sujeito enunciador desperta sentimentos nos ouvintes no sentido de convocá-los a refletir sobre o percurso da situação do indivíduo negro no Brasil, desde o período da escravidão até os dias de hoje. Assim, o “a gente” dos enunciados (6), (7) e (8) é inclusivo porque o movimento que o “eu” propõe é chamar os ouvintes para lembrar, lembrar, tomar consciência desses fatos. Neste caso, o “eu” está novamente à procura de uma co-construção do seu discurso, como afirma Benveniste (1995, p. 278), “a realidade de ‘eu-tu’ é unicamente a realidade do discurso”.

8 “[...] de que *A GENTE* lembre... que... o Estado brasileiro...”

9 “[...] é bom *A GENTE* lembrar porque... naturalizou-se de tal forma... a discriminação nesse país... naturalizou-se de tal forma o racismo nesse país...”

10 “[...] na medida em que *A GENTE* vai tomando consciência...”

Passemos a avaliar a referenciação de T2. Diferentemente de T1, cuja referência se deteve na situação enunciativa (enunciação), os exemplos que seguem mostram embreantes enuncivos, isto é, elementos dêiticos de pessoa que são recuperáveis no interior do enunciado (cotexto). O “nós” exclusivo traz um “não eu” que não é o “tu”, mas um “ele” (a “não pessoa”). Neste caso o “ele” é a Fundação Cultural Palmares enquanto instituição que atende às causas sociais, como também todos seus membros colaboradores. Sabemos que o sujeito discursivo em análise é o diretor dessa Fundação e, por essa

razão, fala como porta-voz desse grupo, identificando-se a ele. Por meio do enunciado (11) conseguimos identificar em (12) e (13) a quem este ser plural se refere.

11 “[...] é daí... que a Fundação Cultural Palmares retira os seus subsídios... e é daí que a Fundação Cultural Palmares tem a responsabilidade... de estabelecer essa discussão... a *nossa* função no Governo... é... preservar... difundir... *é*b: valorizar... as... origens culturais afro-brasileiras... mas *NÓS* não *pretendemos* fazer isso apenas... com palavras... *NÓS precisamos* fazer isso com ação... a sociedade brasileira precisa deixar de ter uma solidariedade simbólica para com a comunidade negra... porque aliás é muito comum... *A GENTE* vê no país sempre que *A GENTE* aborda essa discussão...”

Em (11), a referência do pronome “nossa” é anafórica, pois recupera o sintagma nominal “Fundação Cultural Palmares”. Na seqüência, o sujeito utiliza o “nós”, fazendo remissão de que não é só ele que fala, mas é ele e um grupo específico que “não pretende” ou que “precisa” fazer alguma coisa em relação à situação do negro no Brasil.

Dessa forma, em (12) e (13) conseguimos resgatar esse sujeito constituído em (11), primeiramente pela relação do sentido dos enunciados e, depois, pela utilização do pronome indefinido “alguns” e “algumas” para remeter a sujeitos externos à relação que se estabelece em T2. Ou seja, existem sujeitos que argumentam contrariamente às idéias defendidas e às ações realizadas pelos sujeitos representados em T2.

12 “[...] *NÓS*... *temos* visto algumas das... argumentações utilizadas... contra não apenas a implantação do sistema de cotas...”

13 “[...] alguns utilizam como argumento de que *NÓS deveríamos* então... bastava... que *A GENTE* desse acesso àqueles que fossem da escola pública neste país... pois bem...”

Os embreantes enuncivos, na terminologia de Maingueneau (1989) ou a debreagem enunciva, no dizer de Fiorin (2001), podem ser observados sob a forma de referência catafórica, em que o “ele” é explicitamente marcado no enunciado pelo “eu”, em um processo de identificação, como nos exemplos (14) e (15).

14 “[...] *NÓS*... negros... *estamos* pedindo esmola... de que *NÓS* negros... *queremos* caridade... de que *NÓS* negros... *somos* incompetentes... *somos* incapazes...”

15 “[...] no entanto hoje para muitos de *NÓS*... negros a feijoada é um prato quase que inacessível...”

Esse fenômeno ocorre em T3, pois o sujeito discursivo assume, de fato, uma posição sujeito ao utilizar essa forma de representação (“nós” = eu + negros). Sendo também um indivíduo negro, o “eu” se inclui no grupo de indivíduos que dividem as mesmas condições sócio-culturais. Esse sujeito discursivo também pertence a esse grupo racial, que é discriminado pelo restante da sociedade. O sujeito enunciador, portanto, se identifica e fala em nome de uma coletividade, porque, ao ser interpelado pela história, pelo interdiscurso e pela ideologia, é levado a enunciar de acordo com a Formação Discursiva a que pertence, a saber, das minorias raciais. Segundo Pêcheux (1988, p. 160), a Formação Discursiva é “aquilo que numa formação ideológica dada, determinada pela luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Após observarmos a referência explícita a quem o “eu” se assimila para constituir-se como um sujeito plural, encontramos em T3 outra forma de referência – a elíptica, recuperável pelo sentido e pela sintaxe do enunciado. Poderíamos entender esse fenômeno como um resgate semântico-textual anafórico do sintagma nominal “população negra” que aparece em (16). Dessa forma, os enunciados (17) e (18) retomam, por meio da repetição do sujeito “nós”, os sujeitos envolvidos na formulação desse sujeito plural.

16 “[...] que *NÓS* *representamos* oitenta e cinco por cento da sociedade... de Salvador... ou seja em Salvador está alocado a maior população negra fora do continente africano...”

17 “[...] apesar de *representarmos* quarenta e cinco por cento da população...”

18 “[...] apesar de *NÓS* *representarmos*... como eu já disse anteriormente quarenta e cinco por cento da população brasileira...”

Em T4 encontramos mais de uma representação para a “não pessoa”. A referência é catafórica e apresenta um acúmulo de sujeitos a que o sujeito “eu” se agrega para se constituir como “nós”. O efeito

de sentido produzido por essa identificação é dividir responsabilidades sobre esse discurso, é falar de forma genérica, global. Segue o exemplo (19):

19 “[...] e digo isso com a: certeza de que *NÓS*... governo e sociedade brasileira... não *iríamos* permitir que a intolerância religiosa entrasse nesse país como ocorre por exemplo no Oriente Médio... fonte de tragédias... guerras e violências...”

Para finalizar, em T5 encontramos outro “nós” misto, um pouco mais complexo que o anterior, mas igualmente interessante. Neste caso, não temos referências cotextuais (anáforas ou catáforas), mas referências contextuais, já que podemos fazer inferências a partir da leitura do conjunto de enunciados que formam esse discurso. Nos exemplos (20), (21), (22) e (23) encontramos ao lado do sujeito “nós” um querer e um não querer, um desejar e um não desejar, um precisar etc.:

20 “[...] o que *NÓS desejamos*... não é migalhas do sistema de ensino superior no Brasil... o que *NÓS desejamos* é que seja corrigida uma injustiça histórica neste país...”

21 “[...] *NÓS* não *precisamos*... não *queremos*... nem *desejamos* nenhuma esmola... nenhuma caridade...”

22 “[...] *NÓS queremos* agora solidariedade concreta... a forma de se superar o racismo no Brasil... é acabando com a discriminação...”

23 “[...] *NÓS* não *queremos* um confronto... *NÓS* não *queremos* um conflito... *NÓS* não *desejamos*... nenhum privilégio... *NÓS queremos* apenas que se faça justiça...”

Mas afinal, quem deseja? Quem quer? Quem precisa? É o sujeito que enuncia + os negros, ou o sujeito que enuncia + a Fundação Cultural Palmares? Ou são os dois elementos? Ficamos com a terceira opção, pois há de fato uma imbricação entre esses dois elementos. Quem enuncia é um “eu” particular que se identifica tanto com um como com o outro elemento. Há pontos de contato entre esses “não eus” que constituem o “nós” e por isso se mesclam e se confundem, causando efeitos de uma coletividade, pois este “nós” é representado por um sujeito que é ao mesmo tempo negro e diretor de uma instituição assistencial.

Conclusão

Obedecendo aos passos metodológicos expostos na introdução, identificamos, classificamos e detalhamos os efeitos de sentido produzidos pela representação, identificação, referenciação de um sujeito discursivo em uma elocução formal. Ao longo deste artigo levantamos alguns questionamentos. Enumerem-se, pois, as “respostas” aqui encontradas.

Os tipos de “nós” identificados ao longo desse discurso configuraram-se de forma que: T1 representasse “eu” + ouvintes, isto é, um “nós” inclusivo, que conferiu efeitos de aproximação e subjetividade, em que o sujeito enunciador convida os ouvintes a interagir, a compartilhar, a co-construir o discurso, diminuindo, assim a assimetria conversacional; T2 constituísse “eu” + Fundação Cultural Palmares, em que o sujeito falasse como um porta-voz desse grupo, passando uma idéia de coletividade, de identificação; T3 apresentasse um “eu” + “negros”, em que o sujeito assumiu uma posição determinada pela Formação Discursiva à qual se inscreveu, ou seja, o sujeito mostrou-se de forma a se identificar com o “não eu” (negros); T4 colocasse um tipo misto, provocando uma divisão de responsabilidades do discurso do sujeito enunciador e, por fim, T5 causasse uma imbricação entre dois grupos em que o “eu” se assimilou ao enunciar.

Para mencionar os referentes das formas do plural encontradas ao longo do *corpus*, recorreremos ao conteúdo semântico, à enunciação, à situação interacional, aos elementos presentes no enunciado (cotexto), nas formas de anáfora e catáfora e à sintaxe do enunciado.

Em síntese, a escolha de uma representação plural no discurso desse sujeito pode ser explicada pelos seguintes aspectos: identificação a um grupo de pessoas (negros), porta-voz de uma coletividade (Fundação Cultural Palmares), divisão de responsabilidade e, finalmente, engajamento interacional.

Começamos este artigo com a citação do discurso desse sujeito e fizemos algumas indagações a respeito. Com a fundamentação teórica e com a análise apresentada, acreditamos que, após essa discussão, você, leitor, é capaz de identificar o tipo, a referência e os efeitos de sentido que constituem o “nós” do sujeito em questão.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. Categorias da enunciação e efeitos de sentido. In: BRAIT, Beth (Org.). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e História. In: _____. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.